



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

SEÇÃO DE LICITAÇÃO
Rua do Acre, 80- sala 604-Centro/Rio Janeiro –CEP: 20.081-000
Telefone/Fax: 2282-8682 -2282-8016

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/15

Proc. nº TRF2-EOF-2015/136

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por seu Pregoeiro, **Portaria nº 372 de 18 de setembro de 2014**, do Ilmo. Sr. Diretor da Secretaria Geral, **Dr. Roque Bonfante de Almeida**, torna público a abertura do certame licitatório na modalidade de pregão eletrônico, realizado por meio da internet, no *site*: www.comprasnet.gov.br. O certame será regido pelas disposições das Leis nºs 8.666/93 e 10.520/02, do Decreto 5.450/05, da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, Decreto 6.204/07 e pelas condições adiante estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	
Data: 07 de JULHO de 2015	Horário (de Brasília):13:00h
Local: www.comprasnet.gov.br	

Fazem parte deste Edital:

- Anexo I - Termo de Referência;
Anexo II - Minuta do Contrato Administrativo;

1 - **OBJETO:** A presente licitação tem por objeto a **contratação de empresa para execução de serviços especializados em manutenção preventiva e corretiva do sistema de combate a incêndio do complexo deste E. Tribunal**, conforme especificações definidas neste edital e no Termo de Referência - Anexo I.

1.2 - O objeto da presente licitação é uno e indivisível e será adjudicado a uma única licitante.

2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES

2.1 - Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via *internet*, as empresas que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação e estiverem devidamente credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através do



site www.comprasnet.gov.br. A SLTI atuará como órgão provedor do sistema eletrônico.

2.2 - Para participação no pregão eletrônico, via *internet*, o licitante deverá manifestar, através de declaração virtual inserida em campo próprio do sistema Comprasnet, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório.

2.3 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no Decreto 5.450/2005.

2.4 - Não poderão participar deste Pregão:

2.4.1 - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

2.4.2 - Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no País;

2.4.3 - Empresas que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata, em processo de dissolução ou liquidação;

2.4.4- Empresas que estejam reunidas em consórcio;

2.4.5 - Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

2.4.6- Empresas que estejam cumprindo penalidade de suspensão do direito de licitar, aplicada pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região;

2.4.7 - Empresas proibidas de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/92 (Lei da Improbidade Administrativa);

2.4.8 - Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9.º da Lei n.º 8.666/93.

2.4.9 - Empresas proibidas de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 72, § 8.º, V da Lei n.º 9.605/08.

2.4.10 - Empresas que estejam proibidas de contratar com a União, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e decretos regulamentares.

2.5 - A participação na sessão pública da *internet* dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

2.6 - Todas as fotocópias de documentos apresentados deverão estar autenticadas por Tabela de Notas ou deverão ser apresentados os originais para conferência das cópias. Serão aceitas somente cópias legíveis.

2.7 - A entrega da proposta implica nos seguintes compromissos por parte da licitante:

- 2.7.1 - Estar ciente das condições da licitação, assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.
- 2.7.2 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3 - DO CREDENCIAMENTO

- 3.1 - Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site www.comprasnet.gov.br. (art. 3º do Decreto 5450/05).
- 3.2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (art. 3º, § 1º, do Decreto 5.450/05).
- 3.3 - O credenciamento do licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF. (art. 3º, § 2º, e art. 13, Inc. I, do Decreto 5.450/05).
- 3.3 - O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRF-2ª Região, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. (art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/05).
- 3.4 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica. (art. 3º, § 6º, do Decreto 5450/05).

4 - DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 4.1 - A partir da data e horário previstos no Edital, será aberta a Sessão Pública do pregão eletrônico via internet, com a divulgação das propostas de preços recebidas e que deverão estar em perfeita consonância com as especificações detalhadas no presente edital e seus anexos.
- 4.2 - A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente envio da proposta de preços, e quando for o caso, seus anexos, contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado, no **valor total anual**, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, via internet.
- 4.3 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios



diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5 - **DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:** A Proposta de Preços deverá ser impressa em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricadas em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente conter e preencher os seguintes requisitos:

- 5.1 - A Proposta de Preços deverá ser impressa em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricadas em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente conter e preencher os seguintes requisitos:
- 5.2 - O número do pregão, a data e hora da realização da sessão pública;
- 5.3 - Indicação do CNPJ e razão social do proponente;
- 5.4 - O nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante ;
- 5.5 – A indicação da pessoa legalmente habilitada a assinar o contrato ou ajuste, assim como o telefone e e-mail para contato;
- 5.6 - Descrição detalhada dos serviços, obedecidas as especificações constantes do Termo de Referência - Anexo I
- 5.7 - Preço mensal e anual dos serviços, conforme modelo de planilha a seguir sugerida:

DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
Contratação de empresa para execução de serviços especializados em manutenção preventiva e corretiva do sistema de combate a incêndio do complexo deste E. Tribunal, conforme especificações definidas neste edital e no Termo de Referência - Anexo I.	R\$ 5.916,66	R\$ 70.999,92
VALOR ANUAL (por extenso):	(R\$)	

- 5.7.1 -A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão-de-obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao fornecimento deverão estar incluídas no preço proposto.



5.8 - PRAZOS:

- 5.8.1 - **Prazo de validade da proposta**, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data da abertura da sessão deste pregão eletrônico;
- 5.8.2 - **Prazo de vigência do contrato: 12 (doze) meses**, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado, na forma autorizada pelo art. 57, inciso II, da lei nº 8.666/93;
- 5.8.3 - Na hipótese de omissão dos prazos mencionados nos subitens **5.8.1** a **5.8.2**, considerar-se-ão os prazos previstos neste edital.

- 5.9 - Depois de solicitado pelo pregoeiro no sistema eletrônico, a **proposta de preços** da empresa vencedora, contendo as especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado, deverá ser atualizada e **assinada**, em conformidade com os lances eventualmente ofertados ou valor negociado e enviada, no prazo de 2 (*duas*) horas, sob pena de desclassificação, através do próprio Sistema Comprasnet, ou, a critério do Pregoeiro, através do fac-símile (0xx21) 2282-8016 ou 2282-8682, ou do e-mail cpl@trf2.jus.br.

5.9.1 - O prazo estipulado acima é referencial. O pregoeiro poderá reduzi-lo ou estendê-lo, bem como decidir sobre a tolerância de possíveis atrasos no envio da proposta e documentos de habilitação.

- 5.10 - Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.
- 5.11 - Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 5.12 - No caso de haver divergência entre a descrição do código dos serviços no COMPRASNET e o disposto no Anexo I - Termo de Referência, o licitante deverá obedecer a esta última.
- 5.13 - Serão desclassificadas as propostas que contiverem cotação de objeto diverso daquele requerido nesta licitação e/ou não atenderem às exigências deste Pregão.

6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

- 6.1 - O **Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.
- 6.2 - O **Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TRF2ª Região ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.



- 6.3 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
- 6.4 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da **licitante**, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.
- 6.5 - Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.
- 6.6 - Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes, excessivos ou inexequíveis;
- 6.7 - O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de 5 (*cinco*) dias úteis, contados da intimação.
- 6.8- Os preços deverão ser cotados em reais, com apenas duas casas decimais.

7 - DA COMPETITIVIDADE (FORMULAÇÃO DE LANCES)

- 7.1 - A partir do horário previsto no instrumento convocatório, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações técnicas exigidas no edital.
 - 7.1.1 - Os licitantes deverão enviar proposta através do sistema eletrônico para o **valor total anual** do objeto desta licitação, sob pena de desclassificação da mesma.
 - 7.1.2 - Os participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 7.2 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no edital.
- 7.3 - Os licitantes somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.
- 7.4 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 7.5 - A etapa de lances será encerrada por decisão do pregoeiro e mediante aviso de seu fechamento iminente, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 min (*trinta minutos*), aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
 - 7.5.1 - Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública e do procedimento previsto no subitem 8.4 deste edital, o pregoeiro poderá

encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

- 7.5.2 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.6 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 7.6.1 - Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico: www.comprasnet.gov.br.
- 7.7 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas no artigo 28 do Decreto nº 5.450/05.

8 - DO PROCEDIMENTO

- 8.1 - Aberta a sessão pública, o pregoeiro verificará a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com o requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório.
- 8.2 - No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO TOTAL ANUAL**, desde que atendidas as especificações constantes deste Pregão.
- 8.3 - Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 8.4 - Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:
- 8.4.1 - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (*cinco*) minutos, após a convocação realizada através do Sistema, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame;
- 8.4.2 - não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 8.4, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;



- 8.5 - Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 8.6 - Encerrada a etapa de lances e, quando for o caso, o procedimento previsto no subitem 8.4 deste edital, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do item 9 deste edital.
- 8.7 - Será declarada vencedora a proposta que ofertar o **MENOR PREÇO TOTAL ANUAL**, observadas as exigências constantes do Instrumento Convocatório.
- 8.8 - Na hipótese de a proposta de menor valor não ser aceitável, ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e verificando a sua aceitabilidade e procederá à habilitação na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
- 8.9 - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará aos licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.
- 8.10 - O pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo os licitantes atenderem às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.
- 8.11 - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 9.1 - A habilitação do licitante será comprovada mediante consulta *on line* ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF, para verificação da validade dos documentos abaixo:

9.1.1 - Prova de Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional demonstrando a regularidade quanto aos Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias (Portaria MF nº 358/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014, alterada pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.821/2014).

9.1.2 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;



- 9.1.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do licitante, dentro da validade;
- 9.1.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede do licitante, dentro da validade;
- 9.1.5 - A consulta *on line* deverá comprovar que o licitante encontrava-se regular na data da abertura da sessão do Pregão.
- 9.1.6 - Na hipótese de algum dos documentos abrangidos pelo Sistema encontrar-se com a validade expirada, fica assegurado ao licitante cadastrado e parcialmente habilitado no SICAF o direito de apresentar, via fac-símile, a documentação atualizada quando solicitada pelo pregoeiro.
- 9.2 - Para fins de habilitação, deverão ser apresentadas as DECLARAÇÕES listadas a seguir, as quais serão virtuais e deverão ser inseridas em campo próprio do sistema Comprasnet, na ocasião em que a licitante cadastrar sua proposta:
 - 9.2.1 - DECLARAÇÃO de que conhece e concorda com as condições estabelecidas no edital e que atende aos requisitos de habilitação.
 - 9.2.2 - DECLARAÇÃO, exigida somente das empresas que se enquadram na previsão do art. 11 do Decreto 6.204/07, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei;
 - 9.2.3 - DECLARAÇÃO referente ao trabalho do menor de dezoito anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;
 - 9.2.4 - DECLARAÇÃO de Inexistência de Fato Superveniente.
 - 9.2.5 - DECLARAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA, de acordo com a Instrução Normativa nº 2 – SLTI, de 16 de setembro de 2009.
- 9.3 - Apresentar a **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.
- 9.4 - **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**
 - 9.4.1 - **Certidão de Pessoa Jurídica** expedida ou visada pelo CREA, comprovando a habilitação da licitante alternativamente, nas áreas de **Engenharia Mecânica** ou **Segurança do Trabalho**, e o seu atual quadro técnico;
 - 9.4.2 - **Comprovação de aptidão** para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação;



9.4.2.1 - A aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de pelo menos 1 (*um*) atestado emitido por pessoa jurídica, devidamente registrado no CREA que ateste que a licitante tenha executado serviço de Manutenção de Sistema de Combate a Incêndio;

9.4.3 - **Indicação do responsável técnico de nível superior na área de Engenharia Mecânica ou Segurança do Trabalho**, dentre os arrolados na certidão de que trata o subitem 9.4.1, que será o detentor de ART por todos os serviços a serem desenvolvidos.

9.4.3.1 - O responsável técnico acima elencado deverá pertencer ao quadro da empresa na data da abertura da sessão pública, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social, o administrador ou diretor, o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social e o prestador de serviços em contrato escrito firmado com a licitante.

9.4.4 - **Comprovante de Registro junto ao Corpo de Bombeiros Militares do Rio de Janeiro** (art. 212 do Decreto 897/1976 - COCISP- Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico)

9.5 - Para fins de habilitação, a verificação em *sites* oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão, constitui meio legal de prova.

9.6 - Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documentos" em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.

9.7 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a microempresa e empresa de pequeno porte terá prazo adicional de **5 (*cinco*) dias úteis**, contado da decisão do Pregoeiro que declarar a empresa vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativa ou positiva com efeito de negativa.

9.7.1 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.8 implicará inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para retirada da nota de empenho e/ou assinatura do contrato, ou propor a revogação deste Pregão.

9.8 - Os documentos que não estejam contemplados no SICAF deverão ser remetidos via fac-símile, para o número (21) 2282-8682 ou 2282 - 8016 ou para o endereço eletrônico cpl@trf2.jus.br, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.8.1 - Os documentos remetidos via fac-símile ou por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da solicitação do **Pregoeiro**, endereçados da seguinte forma: Tribunal Regional Federal da 2ª Região -Seção de Licitação - Rua Acre, nº 80, sala 604 -CEP 20081-000 - Centro/Rio de Janeiro – Pregão nº ____/2015

10 - DA VISTORIA

10.1 - A licitante poderá vistoriar o local onde serão executados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldades existentes.

10.2 - Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, as licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Pregão.

10.3 - As visitas poderão ocorrer de segunda-feira a sexta-feira, das 12:00 às 17:00, podendo ser previamente agendadas pelo telefone (21) 2282-8155/8258."

11 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes dos serviços objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme especificado abaixo:

Programa de Trabalho	PTRes	Elementos de Despesa	Valor Estimado Total Anual
02.061.0569.4257.6013	085.385	33.90.39.16	R\$ 70.999,92

12 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO

12.1 - Esclarecimento de dúvidas acerca das condições deste Edital, bem como informações adicionais sobre a presente licitação, serão divulgadas na "homepage" do Tribunal: www.trf2.jus.br, opção "Transparência Pública / Licitações e Contas / Licitações em andamento", e no *site*: www.comprasnet.gov.br, na opção "visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos", ficando os licitantes obrigados a acessá-los para a obtenção das informações prestadas pelo pregoeiro.

12.2 - Maiores esclarecimentos de ordem legal ou técnica, ou sobre os termos deste pregão, ou ainda informações complementares sobre o presente Edital poderão ser solicitados ao pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail para cpl@trf2.jus.br, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da



sessão pública do pregão eletrônico, no horário de 12:00h às 17:00h. Os telefones/FAX de contato são (21) 2282-8682 e 2282-8016.

- 12.3 - Até 02 (*dois*) dias úteis, antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão eletrônico.
- 12.4 - Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração das especificações técnicas, quando necessário, decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.
- 12.5 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

13 - DOS RECURSOS

- 13.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio no sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (*três*) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentar contra razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 13.2 - Admitir-se-á, nos termos da legislação vigente, a interposição de recursos, mediante manifestação imediata e motivada do licitante, em campo específico disponibilizado pelo sistema eletrônico, durante a sessão pública, até o prazo final estabelecido pelo pregoeiro.
- 13.3 - A apresentação de recurso e de eventuais contra razões pelos demais licitantes será realizada exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios, no prazo máximo de 3 (*três*) dias úteis, contados a partir do encerramento da sessão pública.
- 13.4 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará a decadência do direito de recurso, podendo o pregoeiro adjudicar o objeto ao licitante vencedor.
- 13.5 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
 - 13.5.1 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.



14 - DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

- 14.1 - Após a homologação do resultado desta licitação o TRF-2ªRG convocará a empresa adjudicatária para assinatura do instrumento contratual ou para a retirada da nota de empenho junto à Divisão de Contratos, na Rua Dom Gerardo, 46 , 12º andar, no horário de 12:00 às 17:00 horas.
- 14.2 - A convocação que trata o item anterior deverá ser atendida no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, contados da convocação, prorrogável apenas 01 (uma) única vez a critério do TRF, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93 e modificações da Lei 8.883/94 e art. 28 do Decreto 5.450/05.
- 14.3 - No ato da assinatura do contrato ou da retirada da nota de empenho, será comprovada mediante consulta *on line* a regularidade dos documentos abrangidos pelo SICAF e a CNDT, a qual deverá ser mantida pelo licitante durante a vigência do contrato.
- 14.4 - O vencedor da licitação que não fizer as comprovações referidas nos subitens 14.2 e 14.3 ou, quando, injustificadamente, recusar-se a retirar a nota de empenho ou a assinar o contrato, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, retirar a nota de empenho ou assinar o contrato, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 14.5 - Ao assinar o instrumento contratual ou retirar a nota de empenho, a empresa adjudicatária obriga-se a entregar os materiais a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seus Anexos e também na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste Pregão Eletrônico.
- 14.6 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 9 de 06/12/2005, do Conselho Nacional de Justiça.

15 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO: Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8666/93, modificada pela Lei n.º 8883/94, o objeto da presente licitação será recebido mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, da seguinte forma:

- 15.1 - **Provisoriamente** - imediatamente após a apresentação do documento fiscal correspondente aos serviços prestados no último período de adimplemento contratual;



- 15.2 - **Definitivamente** - no prazo de 10 (*dez*) dias, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, salvo motivo justificado, e depois de verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais;
- 15.3 - Os termos serão emitidos pelo servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, designado na forma estabelecida no subitem 14.6 deste edital, o qual confirmará a aceitação definitiva dos serviços, após comprovada a adequação do objeto às especificações do edital e seus anexos;
- 15.4 - Se, após o recebimento provisório, for constatado que os serviços foram realizados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação do contratado, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação;
- 15.5 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da contratada em reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- 15.6 - Após a assinatura do contrato, o TRF-2ªRG designará servidor para exercer o acompanhamento e fiscalização do contrato.

16 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 16.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, através de ordem bancária e depósito em conta corrente, indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal apresentado pelo contratado, devidamente atestado pelo setor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, em até 05 (*cinco*) dias úteis, contados a partir da data da emissão do referido atesto;
- 16.1.1 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes;
- 16.1.2 - Para fins do disposto no item 16.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.
- 16.2 - Os documentos deverão ser entregues no Núcleo de Compras, situado na Rua Dom Gerardo, 46 , 12º andar, Centro - Rio de Janeiro, no horário de 12 às 17 horas.**
- 16.2.1 - O documento fiscal deverá ser acompanhado do Relatório Mensal de Manutenção, o qual, após a aprovação do setor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato, viabilizará o atesto e pagamento dos serviços.**

- 16.3 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido ao contratado para retificação e reapresentação acrescentando-se, no prazo fixado no item 16.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.
- 16.4- As Contratadas que se enquadrem nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições deverão comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.
- 16.5 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do art. 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro, estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza;
- 15.5.1 - Para fins de identificação da situação prevista no subitem 15.5, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.
- 16.6 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas (Acórdão 964/2012-Plenário-TCU).
- 16.6.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

17 -DO REAJUSTE

- 17.1 - O valores contratados serão reajustados com base na variação do IGP-DI, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro indexador que a legislação determinar, de acordo com a seguinte fórmula:

$R = \left(\frac{I - I_o}{I_o} \right) \cdot P$	Onde:
	R = Reajuste
	I = Nº índice da data do reajuste
	I _o = Nº índice da data limite da apresentação da proposta ou da concessão do último reajuste.
	P = Preço a ser reajustado.

- 17.2 - A aplicação da fórmula supracitada vincula-se à divulgação do índice oficial do mês de reajuste, não devendo se utilizar o cálculo pró-rata mas sim o mês cheio.
- 17.3 - A periodicidade de reajuste do Contrato será de 12 (*doze*) meses, em conformidade com os termos da Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, e



legislação superveniente, ou outra regulamentação editada pelo Poder Executivo que vier a alterá-la.

- 17.4 - Compete à Contratada a iniciativa de pedido de reajustamento e a apresentação do demonstrativo de cálculo para análise e aprovação do Contratante.
- 17.5 - A Contratada deverá manifestar o interesse no reajuste até a data da prorrogação contratual subsequente, devendo apresentar o demonstrativo de que trata o subitem 17.4 tão logo seja divulgado o índice oficial previsto no subitem 17.1.
- 17.6 - Caso a Contratada não efetue de forma tempestiva o reajuste e prorrogue o Contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito de reajustar.

18 -DAS PENALIDADES

- 18.1 - O Licitante que deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União e, será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (*cinco*) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
 - 18.1.1 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 18.2 - Na hipótese de a empresa adjudicatária recusar-se a assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de validade da proposta, quando convocada para tal, dentro do prazo de 05 (*cinco*) dias, sujeitar-se-á ao pagamento de multa de até 10% (*dez por cento*) sobre o valor da adjudicação, independentemente da multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago ao adjudicatário.
- 18.3 - Penalidades a que está sujeita a contratada inadimplente:
 - a) Advertência;
 - b) Multa;
 - c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o TRF-2ªRG, pelo prazo de 2 (*dois*) anos.
 - d) Declaração de inidoneidade de licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 18.4 - As multas serão aplicadas nos casos e formas abaixo, discriminadas:
 - 18.4.1 - A inexecução, total ou parcial, do contrato acarretará, conforme o critério adotado em virtude do prejuízo causado à Administração, o pagamento das seguintes multas, alternativamente:



- a) Multa compensatória de até 30% (*trinta por cento*) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida;
 - b) Multa de 50% (*cinquenta por cento*) sobre o valor global do contrato, no caso de inexecução total do mesmo;
 - c) Multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago ao adjudicatário inadimplente.
- 18.5 - Os atrasos injustificados no cumprimento das obrigações assumidas pelas contratadas sujeitá-las-ão ao pagamento de multa diária, até a data do efetivo adimplemento, de 0,3% (*três décimos por cento*), calculada à base de juros compostos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.
- 18.5.1 - A multa moratória acima estipulada fica limitada a 30% (*trinta por cento*) sobre o valor da obrigação inadimplida.
- 18.6 - Caso as multas previstas nos subitens 18.4 e 18.5 não sejam pagas no prazo estabelecido, serão descontadas dos pagamentos ou da garantia do respectivo contrato, ou, ainda, cobradas judicialmente, se for o caso.
- 18.7 - Se as multas supracitadas forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença faltante.
- 18.8 - O período de atraso será contado em dias corridos.
- 18.9 - A aplicação das multas ora previstas não impede que a autoridade competente rescinda o contrato e/ou aplique outras penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93.
- 18.10 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas foram regulamentados pela IN-24/12 de 16.12.04, atualizada em 08/06/2005.
- 18.11 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da lei.
- 18.12 - Sempre que não houver prejuízo para o TRF-2ªRG, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras mais brandas, a critério da Administração.

19 - DISPOSIÇÕES FINAIS

- 19.1 - Fica assegurado ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:
- 19.1.1 - Adiar a data de abertura da sessão pública do pregão eletrônico, dando conhecimento aos interessados através dos *sites*: **www.trf2.gov.br**,



opção **"Licitações e Contas / Licitações em andamento"**, e **www.comprasnet.gov.br**, opção **"visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos"**, e comunicando às firmas, com a antecedência mínima de 24 (*vinte e quatro*) horas da data inicialmente marcada;

19.1.2 - Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, dando ciência aos interessados e comunicando às empresas licitantes, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93;

19.1.3 - Alterar as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este Pregão.

19.2 - A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, na forma do que estabelece o parágrafo 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93;

19.3 - As supressões citadas no subitem anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, conforme alterações dispostas no art. 1º da Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998.

19.4 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro que decidirá com base na legislação vigente;

19.5 - As decisões dos recursos somente serão consideradas definitivas depois de homologadas pela autoridade competente.

Rio de Janeiro, segunda-feira, 22 de junho de 2015

Rubens Ferraz de Araujo
Pregoeiro Substituto



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2015
TRF2- EOF-2015/136

1 - OBJETO:

Contratação de empresa especializada para execução de serviço de **manutenção preventiva e corretiva do sistema de combate a incêndio** do complexo deste E. Tribunal, localizados na Rua do Acre, nº 80 – Centro – Rio de Janeiro – RJ.

2 - DESCRIÇÃO DO SISTEMA DE COMBATE:

2.1 - SISTEMA DE HIDRANTES

2.1.1 - PRÉDIO SEDE E PLENÁRIO:

- A** - 02 (duas) prumadas conjugadas de tubulação de incêndio (Ø 2 ½");
- B** - 53 (cinquenta e três) caixas de incêndio com hidrantes: 02 (duas) caixas por pavimento no prédio sede e 01 caixa por pavimento no plenário;
- C** - 53 (cinquenta e três) mangueiras de incêndio com 30 metros de comprimento (dois lances de 15 metros);
- D** - 04 (quatro) bombas de funcionamento automático, sendo 02 (dois) conjuntos com uma reserva, pressurizando cada uma das colunas de incêndio (hidrantes);
- E** - 01 (um) hidrante de passeio.

2.1.2 - PRÉDIO ANEXO I A/B:

- A** - 01 (uma) prumada de tubulação de incêndio (Ø 3");
- B** - 38 (trinta e oito) caixas de incêndio com hidrantes: 02 (duas) caixas por pavimento, do subsolo até o décimo andar e 01 (uma) caixa por pavimento, do décimo primeiro até o vigésimo segundo andar;
- C** - 38 (trinta e oito) mangueiras de incêndio com 30 metros de comprimento (dois lances de 15 metros);
- D** - 01 (um) conjunto de bombas (uma principal e uma reserva);
- E** - 01 (um) hidrante de passeio.

2.1.3 - PRÉDIO ANEXO II A/B:

- A** - 01 (uma) prumada de tubulação de incêndio (diâmetro = 3");
- B** - 26 (vinte e seis) caixas de incêndio com hidrantes: 01 (uma) caixa por pavimento no prédio anexo II e 01 (uma) caixa no pavimento garagem G-3;
- C** - 53 (cinquenta e três) mangueiras de incêndio com 30 metros de comprimento (dois lances de 15 metros);
- D** - 01 (um) conjunto de bombas (uma principal e uma reserva).



2.2 - SISTEMA DE SPRINKLERS (tipo "wet-pipe")

2.2.1 - PRÉDIO SEDE:

- A** - Prumada 1: abastece do 22º ao 12º pavimento, pressurizada por 02 (duas) bombas de funcionamento automático (uma reserva);
- B** - Prumada 2: abastece do 11º ao 2º pavimento, pressurizada por ação da gravidade;
- C** - Prumada 3: abastece do subsolo ao G-2, pressurizada por 02 (duas) bombas de funcionamento automático (uma reserva);
- D** - Campanhas: localizadas nos pavimentos subsolo, 11º e 22º;
- E** - Caixas d'água de escorvamento: localizada no G-1;
- F** - Drenos: localizados nos pavimentos subsolo, 2º e 12º.

2.2.2 - PRÉDIO ANEXO I A/B:

- A** - Prumada única: uma única prumada (Ø 4") abastece todos os pavimentos, sendo pressurizada por 03 (três) bombas de funcionamento automático (uma reserva);
- B** - Campanhas: localizadas no térreo;
- C** - Caixas de escorvamento: localizadas no subsolo;
- D** - Drenos: uma única prumada de drenos, com registros em cada pavimento.

2.2.3 - PRÉDIO ANEXO II-A:

- A** - Uma prumada abastecendo todos os pavimentos, pressurizada por uma bomba de funcionamento automático, localizada no subsolo, com uma bomba reserva;
- B** - Uma prumada de dreno, com registro em cada pavimento.

2.2.4 - PRÉDIO ANEXO II-B:

- A** - Uma prumada de Ø 4" de diâmetro abastecendo do 2º ao 10º pavimentos, sendo pressurizada por uma bomba de funcionamento automático;
- B** - Uma caixa de escorvamento localizada no subsolo;
- C** - Uma prumada de dreno, com um registro em cada pavimento.

3.0 - REGIME DE EXECUÇÃO:

3.1 - MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE SPRINKLERS E HIDRANTES:

A Contratada deverá executar a manutenção preventiva e corretiva, conforme detalhado a seguir, apontando no Relatório Técnico mensal estas medições:

A - MENSALMENTE:

- A** - Testar e registrar informações das pressões estáticas;
- B** - Teste e registro de funcionamento das bombas e seu automatismo por queda de pressão;
- C** - Teste e registro das pressões dinâmicas com a bomba em funcionamento;

D - Teste e registro das medições de tensão e corrente dos quadros de comando, reparando imediatamente qualquer defeito que venham a acusar, incluindo testes de sinalização, alarmes sonoros e visuais;

- Verificar o aquecimento e funcionamento dos disjuntores, chaves, contadores, etc.;
- Testar lâmpadas de sinalização e botões de comando;
- Inspecionar os cabos de alimentação para prevenir aquecimento (estado de isolamento);
- Verificar a existência de quaisquer anormalidades elétricas ou mecânicas (ruídos, odores) que possam caracterizar o mau funcionamento de algum componente;
- Verificar as condições gerais de segurança no funcionamento do quadro geral;
- Operar, ligar e desligar o quadro geral quando dos testes das bombas;
- Tomar nota das anormalidades verificadas durante os serviços e efetuar as correções necessárias;

E - Inspeção e registro do estado da canalização informando as medidas de correção necessárias;

F - Inspeção e registro das condições de funcionamento das caixas preventivas (mangueiras e ferragens);

G - Análise visual dos bicos do sistema de *sprinklers*;

H - Inspeção dos alarmes de gongos;

I - Abertura e fechamento das válvulas e registros das casas de bombas, verificando as condições de uso das mesmas;

B - TRIMESTRALMENTE:

A - Inspeção do estado dos reservatórios de água superior e inferior;

B - Inspeção do estado das eletrobombas, gerando relatório detalhado acerca dos componentes elétricos e mecânicos do motor;

C - Inspeção do estado dos quadros de força:

- Reapertar os terminais de fixação dos componentes dos quadros;
- Verificar as condições gerais de segurança no funcionamento do quadro geral;
- Inspecionar as ligações da carcaça dos quadros à terra;
- Limpar externamente o quadro;
- Relatar as anormalidades verificadas durante os serviços e efetuar as correções necessárias;

C – SEMESTRALMENTE

A – Quanto às bombas de incêndio:

- Verificar nível do óleo da caixa de transmissão, abrir dreno verificando contaminação com água e possíveis detritos metálicos grudados no mesmo;
- Abrir e fechar todas as válvulas (expedições e introduções) e drenos;
- Abrir as tubulações de 2½” e verificar o estado das telas de proteção;
- Verificar nível de óleo do reservatório da bomba de escorva;
- Verificar desobstrução dos furos existentes na tampa do reservatório;
- **Verificar ajuste da gaxeta. Ajustá-la, apertando ou soltando os parafusos de ajuste;**



B - Inspeção do estado das mangueiras de incêndio, conforme a norma NBR 12779;

- Desgaste por abrasão e/ou fios rompidos na carcaça têxtil, principalmente na região do vinco;
- Presença de manchas e/ou resíduos na superfície externa proveniente de contato com produtos químicos ou derivados de petróleo;
- Desprendimento do revestimento externo;
- Evidência de deslizamento das uniões em relação à mangueira;
- Dificuldades para acoplar o engate das uniões (os flanges de engate devem girar livremente). Recomenda-se que também seja verificada a dificuldade de acoplamento das uniões com o hidrante e com o esguicho da respectiva caixa/abrigo de mangueira. É permitido utilizar chave de mangueira para efetuar o acoplamento;
- Deformações nas uniões provenientes de quedas, golpes ou arraste;
- Ausência de vedação de borracha nos engates das uniões ou vedação que apresente ressecamento, fendilhamento ou corte;
- Após o teste das mangueiras, será gerado um relatório apresentando os ensaios e apontando o estado em que estas se encontram, a ser fornecido ao contratante para análise;

ANUALMENTE:

A - Todas as mangueiras serão inspecionadas a cada 6 (seis) meses e ensaiadas hidrostaticamente a cada 12 (doze) meses, conforme a norma NBR 12779.

B - A pressão de prova deve ser, no mínimo, duas vezes a pressão de trabalho específica do consumidor;

Após cada ano de operações, toda mangueira de incêndio deve ser submetida a ensaio hidrostático, a fim de garantir as condições de uso e segurança. Recomenda-se o ensaio hidrostático com maior frequência para as mangueiras usadas em condições agressivas, tais como: ambientes quentes ou impregnados de produtos químicos. Durante o ensaio, a mangueira deve permanecer pressurizada por um minuto à pressão de ensaio, conforme tabela abaixo:

Tabela para ensaio hidrostático de mangueira em uso:		PRESSÃO DE ENSAIO EM		
	MANGUEIRA	kPa (kgf/cm ²)		
	Tipo	Trabalho	Prova	Ruptura
	1	980 (10)	2 060 (21)	3 430 (35)
	2, 4 e 5	1 370 (14)	2 745 (28)	4 120 (42)
	3	1 470 (15)	2 940 (30)	4 900 (50)
	Tipo 1 Edifícios: residências.	Tipo 2 Edifícios: comerciais, industriais, corpo de bombeiro.	Tipo 3 Área naval: industrial, corpo de bombeiro.	Tipo 4 e 5 Área industrial: corpo de bombeiro.

C - Após o ensaio hidrostático, a mangueira deve retornar, preferencialmente, para o mesmo hidrante ou abrigo em que se encontrava antes do ensaio. Consultar a Norma NBR 12779 para formas de enrolamento

- Para lavagem da mangueira, utilizar água potável, sabão neutro e escova macia.
- Secar a mangueira à sombra, utilizando um plano inclinado ou posicionando na vertical; nunca diretamente ao sol.
- Fazer a redobra dos vincos, conforme a Norma NBR 12779, com profissional ou empresa especializada.
- O usuário deve identificar individualmente as mangueiras sob sua responsabilidade e manter registros históricos de sua vida útil. Recomendamos o uso da Ficha de controle individual para Mangueira de Incêndio, conforme o Anexo A da Norma NBR 12779, para manutenção do presente Certificado de Garantia.

4 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 4.1** - A contratada apresentará à Fiscalização, em até 20 (vinte) dias a contar da data subsequente à assinatura do Contrato, o **Plano de Manutenção** dos Serviços, em que constarão, obrigatoriamente, todos os serviços descritos no Item **3.0 - Regime de Execução**, o Cronograma de realização das tarefas, que deverá se adequar às atividades programadas pelo TRF, de maneira a não ocasionar transtornos aos servidores / usuários;
- a. Dito **Plano de Manutenção**, assinado pelo **Engenheiro responsável** pela execução dos serviços, será previamente analisado e aprovado pela Fiscalização, antes que se iniciem quaisquer manutenções preventivas, para que venha a ser fielmente cumprido pela contratada, podendo somente sofrer acréscimos desta ao longo do Contrato, para otimização das atividades, com a anuência da Fiscalização;
- 4.2** - A Contratada deverá, no primeiro mês de vigência do Contrato, levar a termo uma completa vistoria em todas as instalações integrantes dos diversos sistemas de combate a incêndio, gerando **Relatório Técnico** detalhado, assinado pelo Engenheiro responsável pela execução dos serviços, indicando, se for o caso, as intervenções técnicas recomendadas;
- a. A vistoria mencionada no item anterior deverá ser realizada por pessoal técnico especializado, com conhecimentos sólidos em sistema de pressurização para combate a incêndio, etc.;
- b. Neste **Relatório Técnico**, constarão, dentre outras informações, o estado geral das tubulações, das eletrobombas, dos quadros elétricos, das caixas de incêndio e das mangueiras, dos sprinklers, registros, etc.;
- c. O **Relatório Técnico** deverá mencionar, na hipótese de existência de alguma necessidade de intervenção, as normas técnicas atualizadas que embasem as assertivas, sobretudo no que concerne aos tipos de tubulações existentes;
- 4.3** - A Contratada deverá atender em, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas, a qualquer solicitação de conserto ou ajuste, devendo disponibilizar para o setor de Fiscalização do Contratante os telefones/fax em escritório dotado de corpo técnico no Município do Rio de Janeiro;



- 4.4 -** Apresentar relação dos técnicos que serão designados para prestarem os serviços, devendo ser comprovada a qualificação profissional dos mesmos e o que se responsabilizará pelos serviços a serem executados. Toda mão de obra aplicada deverá ser especializada; a aludida mão de obra deverá ser empregada em qualquer serviço de natureza preventiva e corretiva (válvulas de fluxo, registros das prumadas de hidratantes e de *sprinklers*, substituição de chuveiros automáticos, válvulas de retenção, regulação de sistema de pressurização, substituição de eletrobombas, retirada de pontos de chuveiro automático, substituição de quaisquer componentes eletromecânicos que compõem os sistemas mantidos). Exclui-se da obrigatoriedade a substituição de trechos horizontais ou verticais das prumadas hidráulicas dos sistemas de hidrantes e de *sprinklers*;
- 4.5 -** A contratada deverá comprovar que os eletricitas que atuarão na manutenção tenham feito o curso de segurança de instalação elétrica de acordo com a norma NR-10, que é exigência obrigatória do Ministério do Trabalho. Esta comprovação se dará através de certificado de conclusão do curso, indicando que os integrantes assistiram uma carga horária mínima de 40 (quarenta) horas aulas, deverá ser incluso na documentação exigida cópia autenticada do registro em carteira de trabalho dos eletricitas da equipe.
- 4.6 -** A Contratada deverá, a critério do Contratante, apresentar orçamento para fornecimento ou repor imediatamente, em caráter provisório, qualquer peça do sistema que porventura se danifique, até que o mesmo seja recuperado ou substituído (registros dos hidrantes, etc.), com apresentação do custo. Na hipótese de substituição provisória, o Contratante efetuará pesquisa de mercado para avaliar a opção mais vantajosa, isto é, adquirir definitivamente o material fornecido em caráter provisório ou efetuar a devolução à Contratada, se sua proposta não for a mais vantajosa;
- 4.7 -** Quando o equipamento ou peça não puder ser recuperado, a Contratada deverá comunicar imediatamente ao Contratante, que se encarregará de adquirir o material para posterior reposição;
- 4.8 -** A Contratada deverá agendar previamente todas as intervenções técnicas quanto à manutenção preventiva, mormente fins de semana, junto à Fiscalização do Contratante (Divisão de Administração Predial) com antecedência mínima de 72 horas;
- 4.9 -** A Contratada deverá apresentar mensalmente **Relatório Técnico** completo das condições de funcionamento dos sistemas, isto de acordo com o Plano de Manutenção, em que também constarão:
- a. Estado do sistema de *sprinklers*;
 - b. Estado do sistema de hidrantes, incluindo mangueiras;
 - c. Estado das eletrobombas dos sistemas de *sprinklers* e hidrantes;
 - d. Estado dos quadros elétricos de comando;
 - e. Estado geral das tubulações das prumadas de *sprinklers* e de hidrantes;
- 4.10 -** Os **Relatórios Técnicos** mensais de manutenção deverão ser gerados em duas vias, digitados e assinados pelo Engenheiro responsável pela execução dos serviços, sendo que uma das vias deverá ser anexada à nota fiscal/fatura e a outra ser entregue ao setor de Fiscalização do Contratante;



- 4.11** - A entrega de 01 via do Relatório em conjunto com a Nota Fiscal / fatura é condição *sine qua non* ao pagamento pela execução dos serviços prestados;
- 4.12** - A cada visita efetuada para fins de manutenção preventiva e/ou corretiva, deverá ser gerada imediatamente uma **Ordem de Serviço**, assinada pela Fiscalização, em duas vias, que não substituirá os **Relatórios Técnicos** mensais de manutenção, mas deste será parte integrante, para fins de acompanhamento e fatura dos serviços prestados.
- 4.13** - A Contratada obriga-se a prestar assessoria técnica ao Contratante, com vistas à elaboração de especificações técnicas de materiais ou serviços necessários ao perfeito funcionamento do sistema ou seu aprimoramento, sem ônus extras.
- 4.14** - Todos os procedimentos de manutenção deverão estar em conformidade com as especificações dos fabricantes e das Normas Técnicas vigentes (mesmo que estas acresçam as rotinas aqui detalhadas), que serão rigorosamente obedecidas para uma perfeita manutenção do sistema de combate do contratante.
- 4.15** - Os empregados da Contratada, quando prestando serviços no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, estarão sujeitos às normas disciplinares, mas em nenhuma hipótese terão vínculo empregatício com o TRF-2ª Região, pois que manterão contrato de trabalho com a Contratada, a qual, responderá sempre única e exclusivamente perante às repartições respectivas, por todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas, bem como assumirá integral responsabilidade por quaisquer danos causados por seus empregados ao TRF-2ª Região ou a terceiros, durante, ou em consequência da execução dos serviços contratados, mesmo que praticados involuntariamente, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento do mês subsequente, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.
- 4.16** - Retirar do recinto deste Tribunal Regional Federal, imediatamente após o recebimento da ordem de serviço correspondente, qualquer empregado, tarefeiro, operário ou subordinado seu que, a critério da Fiscalização do Contratante, venha a demonstrar conduta nociva, incapacidade técnica ou mantenha atitude hostil para com os Fiscais ou prepostos do Tribunal;
- 4.17** - Reparar, ou quando isto for impossível, indenizar pessoas ou materiais, em decorrência de erro dos serviços objeto do Contrato, que sobrevenham em prejuízo da Contratante ou de terceiros, sem quaisquer ônus para o Contratante.
- 4.18** - Os serviços a serem executados pela Contratada não poderão interferir nas atividades normais do Contratante, razão pela qual a Contratada se obriga a executar em finais de semana ou feriados quaisquer serviços que não possam ser executados em dias úteis e/ou no horário de expediente normal, sem custos adicionais.
- 4.19** - A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 4.20** - Cumprir e fazer cumprir todas as normas relativas à segurança e medicina do trabalho, sendo obedecidas todas as recomendações, com relação à segurança do



trabalho, contidas nas Normas Regulamentadoras NR-06 e NR-18 ou mais atualizadas, e diligenciar para que seus empregados trabalhem com Equipamentos de Proteção Individual - EPI e EPC, tais como capacetes, botas, luvas, capas, óculos, cintos, equipamentos e ferramentas adequados para cada tipo de serviço que estiver sendo desenvolvido. O Contratante poderá paralisar os serviços enquanto os empregados não estiverem protegidos, sendo o ônus da paralisação de responsabilidade da contratada.

- 4.21** - Durante a execução, se houver a necessidade de modificar algum detalhe do serviço, a Contratada deverá, antes de tomar qualquer decisão, consultar a fiscalização, expondo seu parecer técnico sobre o assunto.
- 4.22** - Refazer todo e qualquer serviço não aprovado pela contratante, sem qualquer ônus para o mesmo.
- 4.23** - A Contratada, além do fornecimento da mão-de-obra, das ferramentas, equipamentos e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços de manutenção predial e demais atividades correlatas, obriga-se a providenciar o transporte dos equipamentos que necessitem sofrer manutenção corretiva, que não possa ser efetuada no próprio local de instalação, desde a sede do TRF até o local onde será executada a manutenção, sem ônus adicional ao contrato;
- 4.24** - Especificamente no caso das mangueiras de incêndio, dado o volume de peças a serem mantidas em bancada própria para tal, a empresa programará junto à Fiscalização a retirada por pavimentos dos quantitativos;
- 4.25** - Cada lote de mangueiras retornará ao TRF com um laudo dos testes realizados em cada peça, assinado pelo Responsável Técnico e ser entregue à Fiscalização;
- 4.26** - Disponibilizar número de telefone móvel que possibilite contato imediato entre o TRF e o Responsável Técnico da Contratada, ou outro por ele indicado, de forma permanente, no período abrangido pelo Contrato, incluindo dias não úteis, para atendimento de situações de emergência;
- 4.27** - Providenciar, às suas expensas, o transporte, destinação e descarte dos resíduos, detritos e entulhos resultantes da prestação de serviço, observando a legislação ambiental pertinente;
- 4.28** - A Contratada deverá observar as leis, regulamentos e posturas edílicas referentes ao serviço e à segurança do público, obedecendo à melhor técnica vigente e enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos normativos do Conselho Regional local, especialmente no que se refere à anotação de responsabilidade técnica (ART), quando da execução dos serviços;
- 4.29** - A Contratada deverá apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica, mencionada no item anterior, antes do início dos serviços, nos termos do art. 3º da Resolução nº 425 de 18/12/1998 da CONFEA;